

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

AJUSTE DIRETO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Aquisição de serviços de consultoria jurídica em regime de avença

ÍNDICE

1. Identificação do procedimento
2. Objeto do procedimento
3. Entidade adjudicante
4. Órgão que tomou a decisão de contratar
5. Fundamentação da escolha da consulta prévia
6. Órgão competente para prestar esclarecimentos
7. Preço base
8. Preço da proposta anormalmente baixo
9. Documentos que constituem a proposta
10. Propostas variantes
11. Prazo de apresentação das propostas
12. Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta
13. Prazo de manutenção das propostas
14. Esclarecimento sobre as propostas
15. Critério de adjudicação
16. Negociações
17. Caução
18. Documentos de habilitação
19. Idioma dos documentos de habilitação
20. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação
21. Foro competente
22. Despesas e encargos
23. Legislação aplicável

ANEXO I - Modelo de declaração

ANEXO II - Modelo de declaração

ANEXO A – Modelo de Proposta

ANEXO B – Declaração

1 – Identificação do Procedimento

Ajuste Direto n.º **1/ABS/2023** - Aquisição de Serviços.

2 – Objeto do procedimento

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de consultoria jurídica em regime de avença

79100000-5 Serviços jurídicos

3 – Entidade Adjudicante

AF - ÁGUAS DE FAFE, E.M., Número fiscal: 516383280, sita no Largo Primeiro de Dezembro, 4820-141 Fafe, Email: geral@aguasdefafe.pt ; Telefone 253700020

4 – Órgão que tomou a decisão de contratar

Deliberação do Conselho de Administração de 04/01/2023.

5 – Fundamentação da escolha do procedimento

Nos termos definidos no **artigo 27.º n.º 1 alínea b) do Código dos Contratos Públicos**.

6 – Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os pedidos de esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos devem ser solicitados através da plataforma Acingov e serão prestados pelo responsável pelo procedimento.

7 – Preço base

45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros), não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, sendo o valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar e limita o preço contratual.

8 – Preço da proposta anormalmente baixo

Não aplicável.

9 – Documentos que constituem a proposta:

A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, constituída pelos seguintes documentos:

9.1. - Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I do Código dos Contratos Públicos**, e anexa ao presente convite, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar.

9.2. – Documento(s) que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução **submetidos à concorrência pelo caderno de encargos**, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:

9.2.1 - A proposta deve ser apresentada de acordo com o Anexo (A);

A não apresentação / submissão dos documentos previstos no ponto 9.2, determinam a exclusão da proposta:

9.3 - Declaração emitida conforme modelo **ANEXO B, em anexo ao presente convite.**

9.4 - Todos os documentos devem ser redigidos obrigatoriamente em Língua Portuguesa

10 – Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de proposta variante, considerando-se como tal, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos, a proposta que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

11 – Prazo de apresentação das propostas

As propostas e os documentos que a instruem devem ser entregues até às 17H, do 3º dia, a contar do dia seguinte do da publicação na plataforma eletrónica.

Caso o adjudicatário entregue os documentos antes de decorrido o prazo referido e pretenda que a análise dos mesmos seja feita, pela Águas de Fafe, antes do seu termo, deve juntar declaração através da qual solicite o prosseguimento do procedimento, renunciando expressamente ao prazo em curso.

12 – Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta

12.1.) A apresentação de propostas e dos documentos que as acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, através da plataforma eletrónica ACINGOV, no seguinte acesso: <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.

12.2.) O concorrente, na apresentação da sua proposta, deve assinar os documentos apresentados, sendo a assinatura feita através dos meios de certificação eletrónica.

12.3.) A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclui a exigência inscrita no n.º 4 do presente normativo.

13 – Prazo para manutenção das propostas

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de **66 dias** contados da data limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se àquele nada requerer o contrário.

14 – Esclarecimentos sobre as propostas

14.1.) O responsável designado pode solicitar ao concorrente quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito de análise e de avaliação das propostas.

14.2.) Os esclarecimentos prestados pelo concorrente fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão.

15 – Critério de adjudicação

Quando o convite é dirigido a uma única entidade, a adjudicação consiste na aceitação da única proposta apresentada, como resulta da primeira parte do n.º 1 do artigo 73.º do CCP, pelo que não deve ser indicado um critério de adjudicação como vem definido no artigo 74.º, do mesmo código.

16 – Negociações

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

17 – Caução

Não é exigível a prestação de caução.

18 – Documentos de habilitação

O concorrente deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos.
2. Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea b), d) e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente:
 - No caso de pessoa singular o respetivo registo criminal;
 - Declaração de não dívida à Segurança Social, ou em alternativa declaração de consentimento para consulta on-line, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril (na sua atual redação);
 - Declaração de não dívida à Autoridade Tributária, ou em alternativa declaração de consentimento para consulta on-line, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril (na sua atual redação).
3. Como complemento aos documentos de habilitação deve ainda apresentar documento de identificação do adjudicatário.
4. Comprovação de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo, conforme artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, 21 de agosto, caso aplicável.

Alerta-se que, de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro (na sua atual redação), é interdita a reprodução do cartão de cidadão em fotocópia ou qualquer outro meio, sem consentimento do titular. Em caso de disponibilização do mesmo, considera-se um ato devidamente informado e consentido.

19 – Idioma dos documentos de habilitação

19.1.) Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

19.2.) Quando, pela sua própria natureza ou origem os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

20 – Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

20.1.) O concorrente deve apresentar os documentos no prazo de 5 dias após a notificação da adjudicação.

20.2.) A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 2 dias.

21 – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal administrativo de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

22 – Despesas e encargos

Todas as despesas e os encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

23 – Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, e restante legislação aplicável.

Data: 22/12/2022

A Vice-Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I - Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável, do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de...(designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura ⁽¹⁸⁾]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II - Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo.º 81.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (²⁹)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO A

MODELO DE PROPOSTA

F..... .. (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de **aquisição de serviços de consultadoria jurídica em regime de avença** a que se refere o convite remetido por e-mail, obriga-se a executar a referida aquisição de serviços, de harmonia com o caderno de encargos e ofício convite referido, pela quantia de... (por extenso e por algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supramencionada **(a)** (acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor) ou à quantia supramencionada não acresce Imposto sobre o Valor Acrescentado, por **(b)**.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

(a) Seleccionar a situação

(b) Mencionar o enquadramento legal para a isenção.

Data: _____

Assinatura: _____

ANEXO B

Declaração

Declaro que a _____, com sede em _____, NIF _____, não tem quaisquer interesses ou relações profissionais com a(s) adjudicante(s), bem como, durante a coadjuvação, não se estabelecerá nenhum relacionamento que conflitua com a independência e isenção no procedimento concursal em causa.

(Data)

(assinatura)